

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2018.
(Do Sr. Bohn Gass e Outros)

Requer a realização do 1º Seminário para debater os impactos da aplicação da nova legislação trabalhista no Brasil.

Senhor Presidente:

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do Art. 24, inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, a **realização do 1º Seminário para debater os impactos da aplicação da nova legislação trabalhista no Brasil, a ser realizado no mês de maio do corrente ano**, com a seguinte organização:

Mesa de Abertura – autoridades e convidados

Mesa 1 – A qualidade do emprego após a reforma trabalhista e os impactos econômicos. Convidados: Dieese – OIT – CEPAL – ABET – Cesit/Unicamp;

Mesa 2 – Análise da aplicação da nova legislação trabalhista no sistema de justiça. Convidados: TST – MPT – ABRAT – ANAMATRA – ANPT;

Mesa 3 – Análise da aplicação da reforma trabalhista na realidade das negociações coletivas e nos contratos de trabalho. Convidados: Centrais sindicais e Confederações patronais.

O resultado do 1º Seminário seria objeto de reunião interna da CTASP para análise da conveniência e possibilidades de constituição de subcomissão especial no âmbito da Comissão para atualização das análises dos impactos.

JUSTIFICAÇÃO

É fundamental que essa Comissão tenha oportunidade de aprofundar sobre a repercussão da nova legislação trabalhista aprovada pelo Congresso Nacional, nos diversos âmbitos dos impactos gerados para a vida nacional.

Desse modo, as bancadas do PT, do PCdoB, do PDT e do PSB nesta CTASP, sugerem a realização de um Seminário, organizado em três eixos de debate.

O primeiro voltado para análise das condições econômicas da reforma vigorante para a economia nacional. O segundo, diante da controvérsia jurídica formada sobre o novo texto legal, entendemos imprescindível conhecer como as instituições tem se portado no sistema de justiça. Por fim, o eixo mais basilar, pela oitiva dos impactos concretos e imediatos vivenciados pelas partes que lidam com a realidade contratual do mundo do trabalho e que realizam as negociações coletivas.

Por essas razões apresentamos o presente Requerimento, confiantes no apoio dos demais integrantes desta Comissão.

Brasília, 23 de abril de 2018.



Dep. BOHN GASS

Dep. André Figueiredo
PDT/CE

Dep. Orlando Silva
PCdoB/SP

Dep. Beбето
PSB/BA